

ANEXO 2

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Seleção pública para credenciamento e escolha de entidade sem fins lucrativos para a prestação de assessoria técnica independente, nos termos do Acordo Judicial celebrado em 18/08/2023 entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF), e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) (em conjunto, “Instituições de Justiça”), o Município de Barão de Cocais (“Município”) e a Vale S.A. (“Vale”), tendo como interveniente a Arquidiocese de Mariana (o “Acordo Judicial”), para a reparação integral pela Vale dos danos causados pela elevação dos níveis de emergência da barragem Sul Superior, da Mina de Gongo Soco, no Município de Barão de Cocais-MG (“Elevação do Nível de Emergência”).

1. Informe os seguintes dados da pessoa jurídica:

- a) Nome da organização:
- b) CNPJ:
- c) Endereço da sede:
- d) Endereço eletrônico (*e-mail*):
- e) Sítio eletrônico:
- f) Telefone / celular / *Whatsapp*:

2. Dados do/a responsável pela organização:

- a) Nome:
- b) CPF:
- c) Endereço eletrônico (*e-mail*):
- d) Telefone / celular / *Whatsapp*:

2.1. Dados do Coordenador do Projeto:

- a) Nome:
- b) CPF:
- c) Endereço eletrônico (*e-mail*):
- d) Telefone / celular / *Whatsapp*:
- e) Link para acesso ao currículo do Coordenador do Projeto:

3. Breve histórico de atuação da organização, ressaltando os aspectos mais diretamente relacionados às questões indicadas no Edital (máximo 30 linhas).

4. Descreva as experiências anteriores abrangendo:

- a) Se possível, experiência técnica comprovada na atuação com pessoas atingidas por desastres ou grandes obras ou empreendimentos (máximo 25 linhas):
- b) Se possível, experiência técnica comprovada de atuação na elaboração e formatação de projetos, com ênfase nas áreas de saneamento básico, educação, saúde, assistência social, meio ambiente, mobilidade urbana e infraestrutura, ou, subsidiariamente, em outras áreas de interesse coletivo, inclusive quanto a aspectos relacionados a viabilidade técnica e financeira (máximo 25 linhas):

5. A organização dispõe de mecanismos de transparência e controle interno e social? Quais são? Ciente de que isso é um requisito previsto no Termo de Referência, devendo,

ainda, declarar, nos moldes do Anexo 5, que se compromete a implementar ou aperfeiçoar estes mecanismos até a data da contratação (máximo 15 linhas).

6. Devem ser encaminhados, anexados a este formulário, os seguintes documentos:

- a) Cópia do estatuto registrado e suas alterações, bem como cópia da ata da eleição de seus atuais dirigentes;
- b) Comprovante de inscrição e regularidade no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Comprovação de experiência(s) anterior(es) informada(s) nos termos do item 4, mediante atestado(s) emitido(s) por entidade pública ou privada ou apresentação de instrumentos jurídicos ou documentos correspondentes;
- d) Declaração de não ter praticado atos contrários à lei anticorrupção, conforme modelo disponível no anexo 3;
- e) Declaração de independência técnica, financeira e institucional da pessoa jurídica, conforme modelo disponível no anexo 4;
- f) Declaração de implantação de mecanismos de transparência e controle social, conforme modelo disponível no anexo 5.

7. As Instituições de Justiça poderão solicitar informações adicionais caso entendam necessário.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO EM ATOS CONTRÁRIOS ÀS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

[MODELO]

[identificação da pessoa jurídica], CNPJ n.º xxx, por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei, não ter participado de qualquer prática ou realizado qualquer ato contrário à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei n.º 12.846/2013), bem como a todas as outras leis e normas com finalidade e efeito semelhantes.

Local-UF, ____ de _____ de 20____.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO 4

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA TÉCNICA, FINANCEIRA E INSTITUCIONAL

[MODELO]

Declaro, sob as penas da lei, que a *[identificação da pessoa jurídica]*, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxx], tem independência técnica, financeira e institucional em relação à Vale S.A., não havendo relação de contratação, vínculo, ou subordinação entre a *[identificação da pessoa jurídica]* e a Vale S. A., ou qualquer empresa de seu grupo econômico, no Brasil ou no exterior, conjunta ou individualmente, observando que a prestação de serviço de assessoria técnica independente em outro local não configura dependência técnica, financeira e institucional em relação à Vale S. A.

Local-UF, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO 5

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE IMPLANTAÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO E SOCIAL

[MODELO]

A [identificação da pessoa jurídica], caso venha a ser escolhida, declara, sob as penas da lei, que se compromete a implantar ou aperfeiçoar mecanismos de transparência e controle interno e social.

Local-UF, ____ de _____ de 20__.

.....
(Nome e Cargo do Representante Legal)